ESTADO de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE Pinheiro Preto

AUDIÊNCIA PÚBLICA
DE AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO
DAS METAS FISCAIS

3º Quadrimestre/2019

27/02/2019

exigência legal

Lei Complementar n°101, de 04 de maio de 2000, Art. 9°, § 4°

Art. 9º - Se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela Lei de Diretrizes Orçamentárias.

§ 4º - Até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre, em Audiência Pública na comissão referida no § 1º do Art. 166 da Constituição ou equivalente nas Casas Legislativas estaduais e municipais.

temas a serem apresentados

* Execução Orçamentária
* Metas de Arrecadação
* Cronograma de Desembolso
* Aplicação de Recursos em Saúde (15%)
* Aplicação de Recursos em Educação (25%)
* Aplicação dos Recursos Recebidos do FUNDEB (60%)
* Aplicação dos Recursos do FUNDEB (95%)
* Despesas com Pessoal
* Restos a Pagar

receita orçamentária

Lei 4.320/64, Art. 2°, § 1° e 2°

Lei 4.320/64, Art. 2° - A Lei do Orçamento conterá a discriminação da receita e despesa de forma a evidenciar a política econômica financeira e o programa de trabalho do Governo, obedecidos os princípios de unidade universalidade e anualidade.

§ 1° Integrarão a Lei de Orçamento:

I - Sumário geral da receita por fontes e da despesa por funções do Governo;

II - Quadro demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas, na forma do Anexo nº1;

III - Quadro discriminativo da receita por fontes e respectiva legislação;

IV - Quadro das dotações por órgãos do Governo e da Administração.

§ 2º Acompanharão a Lei de Orçamento:

I - Quadros demonstrativos da receita e planos de aplicação dos fundos especiais;

II - Quadros demonstrativos da despesa, na forma dos Anexos n°6 a 9;

III - Quadro demonstrativo do programa anual de trabalho do Governo, em termos de realização de obras e de prestação de serviços.

receita orçamentária

Lei 4.320/64, Art. 2°, § 1° e 2°

|  |
| --- |
| Receita Arrecada em Exercícios Anteriores |
| **Exercício**  | **Valores**  |
| 2015 | 15.957.996,20 |
| 2016 | 18.194.294,96 |
| 2017 | 17.603.915,80 |
| 2018 | 20.837.671,24 |

|  |
| --- |
| Receita Arrecadada até 3º Quadrimestre/2019 |
| Receita Orçamentária | 22.389.891,80 |
| Média Mensal | 1.865.824,32 |

receita orçamentária

Lei 4.320/64, Art. 2°, § 1° e 2°

|  |
| --- |
| Evolução da Receita Orçamentaria |



receita intra-orçamentária

Lei 4.320/64, Art. 2°, § 1° e 2°

|  |
| --- |
| Receita Arrecada em Exercícios Anteriores |
| **Exercício**  | **Valores**  |
| 2015 | 930.003,28 |
| 2016 | 1.138.216,56 |
| 2017 | 1.165.423,57 |
| 2018 | 1.324.911,01 |

|  |
| --- |
| Receita Arrecadada até 3º Quadrimestre/2019 |
| Receita Intra-Orçamentária | 1.569.613,47 |
| Média Mensal | 130.801,12 |

receita intra-orçamentária

Lei 4.320/64, Art. 2°, § 1° e 2°

|  |
| --- |
| Evolução da Receita Intra-Orçamentária |



despesa orçamentária

Lei 4.320/64, Art. 2°, § 1° e 2°

|  |
| --- |
| Despesa Realizada em Exercícios Anteriores |
| **Exercício**  | **Empenhado** | **Liquidado** |
| 2015 | 14.645.146,49 | 14.299.568,92 |
| 2016 | 17.300.085,97 | 16.289.691,36 |
| 2017 | 15.110.815,24 | 15.093.559,63 |
| 2018 | 19.256.577,21 | 18.220.519,90 |

|  |
| --- |
| Despesa até 3º Quadrimestre/2019 |
| Despesa Orçamentária | 21.771.438,12 | 21.061.929,23 |
| Média Mensal | 1.814.286,51 | 1.755.160,77 |

despesa orçamentária

Lei 4.320/64, Art. 2°, § 1° e 2°

|  |
| --- |
| Evolução da Despesa Orçamentaria Realizada |



despesa intra-orçamentária

Lei 4.320/64, Art. 2°, § 1° e 2°

|  |
| --- |
| Despesa Realizada em Exercícios Anteriores |
| **Exercício**  | **Empenhado** | **Liquidado** |
| 2015 | 930.003,28 | 930.003,28 |
| 2016 | 1.138.216,56 | 1.138.216,56 |
| 2017 | 1.266.976,52 | 1.266.976,52 |
| 2018 | 1.324.911,01 | 1.324.911,01 |

|  |
| --- |
| Despesa até 3º Quadrimestre/2019 |
| Despesa Intra-Orçamentária | 1.569.613,48 | 1.569.613,48 |
| Média Mensal | 130.801,12 | 130.801,12 |

despesa intra-orçamentária

Lei 4.320/64, Art. 2°, § 1° e 2°

|  |
| --- |
| Evolução da Despesa Intra-Orçamentária Realizada |



receita corrente líquida

Lei Complementar n°101/2000, Art. 2°, IV, ‘c’, § 1° e 3°

LRF, Art. 2° - Para os efeitos desta Lei Complementar, entende-se como:

IV - Receita Corrente Líquida: somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas também correntes, deduzidos:

c) na União, nos Estados e nos Municípios, a contribuição dos servidores para o custeio do seu sistema de previdência e assistência social e as receitas provenientes da compensação financeira citada no § 9º do Art. 201 da Constituição.

§ 1º Serão computados no cálculo da receita corrente líquida os valores pagos e recebidos em decorrência da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, e do fundo previsto pelo art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

§ 3º A receita corrente líquida será apurada somando-se as receitas arrecadadas no mês em referência e nos onze anteriores, excluídas as duplicidades.

receita corrente líquida

Lei Complementar n°101/2000, Art. 2°, IV, ‘c’, § 1° e 3°

|  |
| --- |
| Receita Corrente Líquida (RCL) Arrecadada em Exercícios Anteriores |
| **Exercício**  | **Valores**  |
| 2015 | 14.219.708,33 |
| 2016 | 16.443.110,05 |
| 2017 | 16.121.346,96 |
| 2018 | 19.297.080,00 |

|  |
| --- |
| Receita Corrente Líquida Arrecadada até 3º Quadrimestre/2019 |
| Receita Corrente Líquida | 21.446.154,60 |
| Média Mensal | 1.787.179,55 |

receita corrente líquida

Lei Complementar n°101/2000, Art. 2°, IV, ‘c’, § 1° e 3°

|  |
| --- |
| Evolução da Receita Corrente Líquida (RCL) |



execução orçamentária

Lei Complementar nº 101/2000, Art. 52

LRF, Art. 52 - O relatório a que se refere o § 3º do Art. 165 da Constituição abrangerá todos os Poderes e o Ministério Público, será publicado até trinta dias após o encerramento de cada bimestre e composto de:

I - Balanço orçamentário, que especificará, por categoria econômica, as:

a) receitas por fonte, informando as realizadas e a realizar, bem como a previsão atualizada;

b) despesas por grupo de natureza, discriminando a dotação para o exercício, a despesa liquidada e o saldo;

II - Demonstrativos da execução das:

a) receitas, por categoria econômica e fonte, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada no bimestre, a realizada no exercício e a previsão a realizar;

b) despesas, por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando dotação inicial, dotação para o exercício, despesas empenhada e liquidada, no bimestre e no exercício;

c) despesas, por função e subfunção.

§ 1º Os valores referentes ao refinanciamento da dívida mobiliária constarão destacadamente nas receitas de operações de crédito e nas despesas com amortização da dívida.

§ 2º O descumprimento do prazo previsto neste artigo sujeita o ente às sanções previstas no § 2º do Art. 51.

execução orçamentária

Lei Complementar nº 101/2000, Art. 52

|  |
| --- |
| **Receitas Arrecadadas**  |
| **Receitas Correntes (I)**  | **21.853.063,96**  |
| Receita Tributária | 1.254.207,68 |
| Receita de Contribuições | 1.008.883,55 |
| Receita Patrimonial | 1.165.884,06 |
| Receita Agropecuária | 131,01 |
| Receita Industrial | 0,00 |
| Receita de Serviços | 321.781,12 |
| Transferências Correntes | 21.397.952,07 |
| (-) Deduções das Transferências Correntes | -3.343.342,13 |
| Outras Receitas Correntes | 47.566,60 |
| **Receitas de Capital (II)**  | **536.827,84**  |
| Operações de Crédito | 10.613,70 |
| Alienação de Bens | 75.877,52 |
| Amortização de Empréstimos | 0,00 |
| Transferências de Capital | 450.336,62 |
| Outras Receitas de Capital | 0,00 |
| **Total (III) = (I+II)**  | **22.389.891,80**  |

execução intra-orçamentária

Lei Complementar nº 101/2000, Art. 52

|  |
| --- |
| **Receitas Arrecadadas**  |
| **Receitas Correntes Intra-Orçamentárias (IV)**  | **1.569.613,47**  |
| Receita Tributária | 0,00 |
| Receita de Contribuições | 1.333.550,09 |
| Receita Patrimonial | 0,00 |
| Receita Agropecuária | 0,00 |
| Receita Industrial | 0,00 |
| Receita de Serviços | 0,00 |
| Transferências Correntes | 0,00 |
| Outras Receitas Correntes | 236.063,38 |
| **Receitas de Capital Intra-Orçamentárias (V)**  | **0,00**  |
| Operações de Crédito | 0,00 |
| Alienação de Bens | 0,00 |
| Amortização de Empréstimos | 0,00 |
| Transferências de Capital | 0,00 |
| Outras Receitas de Capital | 0,00 |
| **Total (VI) = (IV+V)**  | **1.569.613,47**  |

|  |
| --- |
|  |

|  |
| --- |
|  |

|  |  |
| --- | --- |
| **Total Geral da Receita (VII) = (III+VI)**  | **23.959.505,27**  |

execução orçamentária

Lei Complementar nº 101/2000, Art. 52

|  |
| --- |
| **Despesas Liquidadas Por Órgão de Governo**  |
| 0100 - PODER LEGISLATIVO | 535.997,18 |
| 0200 - PODER EXECUTIVO | 14.663.970,05 |
| 0300 - FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE | 4.823.078,70 |
| 0400 - FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL | 318.715,50 |
| 0500 - INSTITUTO DE PREV. DO SERV. PUBLICO MUNICIPAL | 1.367.018,52 |
| 0600 - SIST. DE ASSIST. MEDICA E HOSP. DO SERV. PL. | 922.762,76 |
| **Total (VIII)**  | **22.631.542,71**  |

execução orçamentária

Lei Complementar nº 101/2000, Art. 52

|  |
| --- |
| Execução Orçamentária e Financeira  |
| Superávit Financeiro Apurado Até o Quadrimestre (X) = (VII - VIII) | **1.327.962,56**  |
| Restos a Pagar Não Processados (XII) | **709.508,89**  |
| **Superávit (XI) = (X - XII)**  | **618.453,67**  |

execução orçamentária

Lei Complementar nº 101/2000, Art. 52

|  |
| --- |
|  |



metas de arrecadação

Lei Complementar nº 101/2000, Art. 8º e Art. 13

LRF, Art. 8° - Até trinta dias após a publicação dos orçamentos, nos termos em que dispuser a lei de diretrizes orçamentárias e observado o disposto na alínea "c" do inciso I do Art. 4°, o Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso.

Parágrafo único. Os recursos legalmente vinculados a finalidade específica serão utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso.

LRF, Art. 13 - No prazo previsto no Art. 8°, as receitas previstas serão desdobradas, pelo Poder Executivo, em metas bimestrais de arrecadação, com a especificação, em separado, quando cabível, das medidas de combate à evasão e à sonegação, da quantidade e valores de ações ajuizadas para cobrança da dívida ativa, bem como da evolução do montante dos créditos tributários passíveis de cobrança administrativa.

metas de arrecadação

Lei Complementar nº 101/2000, Art. 8º e Art. 13

|  |
| --- |
|  |
| **Receitas Orçamentárias**  | **Previsão**  | **Arrecadação**  | **Diferença**  |
| **Receitas Correntes (I)**  | **21.181.000,00**  | **21.853.063,96**  | **672.063,96**  |
| Receita Tributária | 1.421.000,00 | 1.254.207,68 | -166.792,32 |
| Receita de Contribuições | 944.000,00 | 1.008.883,55 | 64.883,55 |
| Receita Patrimonial | 950.800,00 | 1.165.884,06 | 215.084,06 |
| Receita Agropecuária | 5.500,00 | 131,01 | -5.368,99 |
| Receita Industrial | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Receita de Serviços | 106.500,00 | 321.781,12 | 215.281,12 |
| Transferências Correntes | 17.191.200,00 | 21.397.952,07 | 4.206.752,07 |
| (-) Deduções das Transferências Correntes | 0,00 | -3.343.342,13 | -3.343.342,13 |
| Outras Receitas Correntes | 562.000,00 | 47.566,60 | -514.433,40 |
| **Receitas de Capital (II)**  | **38.000,00**  | **536.827,84**  | **498.827,84**  |
| Operações de Crédito | 0,00 | 10.613,70 | 10.613,70 |
| Alienação de Bens | 0,00 | 75.877,52 | 75.877,52 |
| Amortização de Empréstimos | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Transferências de Capital | 38.000,00 | 450.336,62 | 412.336,62 |
| Outras Receitas de Capital | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| **Total (III) = (I+II)**  | **21.219.000,00**  | **22.389.891,80**  | **1.170.891,80**  |

metas de arrecadação

Lei Complementar nº 101/2000, Art. 8º e Art. 13

|  |
| --- |
|  |
| **Receitas Intra-Orçamentárias**  | **Previsão**  | **Arrecadação**  | **Diferença**  |
| **Receitas correntes (IV)**  | **1.508.000,00**  | **1.569.613,47**  | **61.613,47**  |
| Receita Tributária | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Receita de Contribuições | 1.508.000,00 | 1.333.550,09 | -174.449,91 |
| Receita Patrimonial | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Receita Agropecuária | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Receita Industrial | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Receita de Serviços | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Transferências Correntes | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outras Receitas Correntes | 0,00 | 236.063,38 | 236.063,38 |
| **Receitas de capital (V)**  | **0,00**  | **0,00**  | **0,00**  |
| Operações de Crédito | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Alienação de Bens | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Amortização de Empréstimos | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Transferências de Capital | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outras Receitas de Capital | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| **Total(VI) = (IV+V)**  | **1.508.000,00**  | **1.569.613,47**  | **61.613,47**  |

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Total Geral das Receitas(VII) = (III+VI)**  | **22.727.000,00**  | **23.959.505,27**  | **1.232.505,27**  |

metas de arrecadação

Lei Complementar nº 101/2000, Art. 8º e Art. 13

|  |
| --- |
|  |



cronograma de desembolso

Lei Complementar nº 101/2000, Art. 8º e Art. 13

LRF, Art. 8° - Até trinta dias após a publicação dos orçamentos, nos termos em que dispuser a lei de diretrizes orçamentárias e observado o disposto na alínea c do inciso I do Art. 4°, o Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso.

Parágrafo único. Os recursos legalmente vinculados a finalidade específica serão utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso.

LRF, Art. 13 - No prazo previsto no Art. 8°, as receitas previstas serão desdobradas, pelo Poder Executivo, em metas bimestrais de arrecadação, com a especificação, em separado, quando cabível, das medidas de combate à evasão e à sonegação, da quantidade e valores de ações ajuizadas para cobrança da dívida ativa, bem como da evolução do montante dos créditos tributários passíveis de cobrança administrativa.

cronograma de desembolso

Lei Complementar nº 101/2000, Art. 8º e Art. 13

|  |
| --- |
|  |
| **Despesas Orçamentárias**  | **Fixadas**  | **Realizadas**  | **Diferença**  |
| **Despesas Correntes (I)**  | **21.039.500,00**  | **18.767.685,64**  | **2.271.814,36**  |
| Pessoal e Encargos Sociais | 12.313.000,00 | 10.265.748,96 | 2.047.251,04 |
| Juros e Amortização da Dívida | 150.000,00 | 26.487,12 | 123.512,88 |
| Outras Despesas Correntes | 8.576.500,00 | 8.475.449,56 | 101.050,44 |
| **Despesas de Capital (II)**  | **1.455.500,00**  | **2.294.243,59**  | **-838.743,59**  |
| Investimentos | 1.100.500,00 | 1.100.655,73 | -155,73 |
| Inversões Financeiras | 5.000,00 | 800.000,00 | -795.000,00 |
| Amortização da Dívida Fundada Interna | 350.000,00 | 393.587,86 | -43.587,86 |
| **Reserva de contingência (III)**  | **15.000,00**  | **0,00**  | **15.000,00**  |
| Reserva de contingência | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| **Total (IV) = (I+II+III)**  | **22.510.000,00**  | **21.061.929,23**  | **1.448.070,77**  |

cronograma de desembolso

Lei Complementar nº 101/2000, Art. 8º e Art. 13

|  |
| --- |
|  |
| **Despesas Intra-Orçamentárias**  | **Fixadas**  | **Realizadas**  | **Diferença**  |
| **Despesas Correntes (V)**  | **2.890.000,00**  | **1.569.613,48**  | **-1.569.613,48**  |
| Pessoal e Encargos Sociais | 0,00 | 1.333.550,10 | -1.333.550,10 |
| Juros e Amortização da Dívida | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outras Despesas Correntes | 0,00 | 236.063,38 | -236.063,38 |
| **Despesas de Capital (VI)**  | **16.000,00** | **0,00**  | **0,00**  |
| Investimentos | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Inversões Financeiras | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Amortização da Dívida Fundada Interna | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| **Reserva de contingência (VII)**  | **222.000,00**  | **0,00**  | **0,00**  |
| **Total (VIII) = (V+VI+VII)**  | **3.128.000,00** | **1.569.613,48**  | **1.558.386,52** |

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Total Geral das Despesas (IX) = (IV+VIII)**  | **25.638.000,00**  | **22.631.542,71**  | **3.006.457,30** |

cronograma de desembolso

Lei Complementar nº 101/2000, Art. 8º e Art. 13

|  |
| --- |
|  |



APLICAÇÃO DE RECURSOS EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ADCT, Art. 77, III e Emenda Constitucional n°29 de 13/09/2000

EC 29/2000, Art. 7º - O Ato das Disposições Constitucionais Transitórias passa a vigorar acrescido do seguinte Art. 77:

"III - no caso dos Municípios e do Distrito Federal, quinze por cento do produto da arrecadação dos impostos a que se refere o Art. 156 e dos recursos de que tratam os Art´s. 158 e 159, inciso I, alínea b e § 3º."

|  |  |
| --- | --- |
| **Receita bruta de Impostos e Transferências (I)**  | **17.659.608,95**  |
| **Despesas por função/subfunção (II)**  | **5.022.444,44**  |
| **Deduções (III)**  | **1.249.694,85**  |
| **Despesas para efeito de cálculo (IV) = (II-III)**  | **3.772.749,59**  |
| **Mínimo a ser aplicado**  | **2.648.941,00**  |
| **Aplicado à maior**  | **1.123.808,59**  |
| **Percentual aplicado = (IV) / (I) x 100**  | **21,36**  |

APLICAÇÃO DE RECURSOS EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ADCT, Art. 77, III e Emenda Constitucional n°29 de 13/09/2000

|  |
| --- |
|  |



APLICAÇÃO DE RECURSOS NA
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

Constituição Federal, Art. 212 e LDB, Art. 72

CF, Art. 212 - A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

LDB, Art. 72 - As receitas e despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino serão apuradas e publicadas nos balanços do Poder Público, assim como nos relatórios a que se refere o § 3º do Art. 165 da Constituição Federal.

|  |  |
| --- | --- |
| **Receita bruta de Impostos e Transferências (I)**  | **18.301.980,03**  |
| **Despesas por função/subfunção (II)**  | **4.306.428,08**  |
| **Deduções (III)**  | **307.313,13**  |
| **Resultado líquido da transf. do FUNDEB (IV)**  | **-1.623.509,53**  |
| **Despesas para efeito de cálculo (V) = (II-III-IV)**  | **5.622.624,48**  |
| **Mínimo a ser aplicado**  | **4.575.495,00**  |
| **Aplicado à Maior**  | **1.047.129,48**  |
| **Percentual aplicado = (V) / (I) x 100**  | **30,72**  |

APLICAÇÃO DE RECURSOS NA
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

Constituição Federal, Art. 212 e LDB, Art. 72

|  |
| --- |
|  |



APLICAÇÃO DE 60% DOS RECURSOS DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

ADCT, Art. 60, XII, MP 339/2006, EC 53/2006 e Lei Federal n°9.424/96

|  |  |
| --- | --- |
| **Receita do FUNDEB (I)**  | **1.720.994,36**  |
| **Despesas (II)**  | **1.466.719,10**  |
| **Mínimo a ser Aplicado**  | **1.032.596,62**  |
| **Aplicado à Maior**  | **434.122,48**  |
| **Percentual Aplicado = (II) / (I) x 100**  | **85,23**  |

APLICAÇÃO DE 60% DOS RECURSOS DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

ADCT, Art. 60, XII, MP 339/2006, EC 53/2006 e Lei Federal n°9.424/96

|  |
| --- |
|  |



APLICAÇÃO DE 95% DOS RECURSOS DO FUNDEB em despesas com manutenção e DESENVOLVIMENTO DA educação Básica

Pela previsão contida no § 2º do artigo 21 da Lei Federal n° 11.494/2007 que regulamenta o FUNDEB, o Município deve aplicar, no mínimo, 95% (noventa e cinco por cento) dos recursos do FUNDEB dentro do próprio exercício financeiro em que ocorre a arrecadação.

No exercício analisado considerando a despesa Liquidada, o Município aplicou na manutenção e desenvolvimento da educação básica o valor de R$ 1.692.280,31 equivalente a 98.29% dos recursos do FUNDEB recebidos no exercício. Constata-se uma aplicação que fora aplicado à maior o montante de R$ 56.599,81 o qual corresponde a 3.29%, acima do limite mínimo de 95%, CUMPRINDO o disposto no artigo 21 da Lei Federal nº 11.494/2007.

|  |  |
| --- | --- |
| Receita do FUNDEB Recebida no Exercício (I) | 1.721.768,88 |
| Mínimo a ser aplicado | 1.635.680,50 |
| Despesas para Efeito de Cálculo (II+III) | 1.692.280,31 |
| Aplicado à maior | 56.599,81 |
| Percentual Aplicado (II+III) / (I) x 100 | 98,29 |
| Superávit | 3,29 |

DESPESAS COM PESSOAL DO PODER EXECUTIVO

Constituição Federal, Art. 169, *caput*
Lei Complementar n°101/2000, Art. 19, III e Art. 20, III

CF, Art. 169 - A despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar.

LRF, Art. 19 - Para os fins do disposto no caput do Art. 169 da Constituição, a despesa total com pessoal, em cada período de apuração e em cada ente da Federação, não poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida, a seguir discriminados:

III - Municípios: 60% (sessenta por cento)

LRF, Art. 20 - A repartição dos limites globais do Art. 19 não poderá exceder os seguintes percentuais:

III - na esfera municipal:

a) 6% (seis por cento) para o Legislativo, incluído o Tribunal de Contas do Município, quando houver;

b) 54% (cinquenta e quatro por cento) para o Executivo.

DESPESAS COM PESSOAL DO PODER EXECUTIVO

Constituição Federal, Art. 169, *caput*
Lei Complementar n°101/2000, Art. 19, III e Art. 20, III

|  |  |
| --- | --- |
| **Receita Corrente Líquida Arrecadada nos Últimos 12 (doze) Meses (I)**  | **21.446.154,60**  |
| **Despesa Líquida com Pessoal Realizada nos Últimos 12 (doze) Meses (II)**  | **9.812.770,27**  |
| **Limite Prudencial - 51,30%**  | **11.001.877,31**  |
| **Limite Máximo - 54,00%**  | **11.580.923,48**  |
| **Percentual aplicado = (II) / (I) x 100**  | **45,76**  |

DESPESAS COM PESSOAL DO PODER EXECUTIVO

Constituição Federal, Art. 169, *caput*
Lei Complementar n°101/2000, Art. 19, III e Art. 20, III

|  |
| --- |
|  |



DESPESAS COM PESSOAL DO PODER LEGISLATIVO

Constituição Federal, Art. 169, *caput*
Lei Complementar n°101/2000, Art. 19, III e Art. 20, III

|  |  |
| --- | --- |
| **Receita Corrente Líquida Arrecadada nos Últimos 12 (doze) Meses (I)**  | **21.446.154,60**  |
| **Despesa Líquida com Pessoal Realizada nos Últimos 12 (doze) Meses (II)**  | **465.415,10**  |
| **Limite Prudencial - 5,70%**  | **1.222.430,81**  |
| **Limite Máximo - 6,00%**  | **1.286.769,28**  |
| **Percentual aplicado = (II) / (I) x 100**  | **2,17**  |

DESPESAS COM PESSOAL DO PODER LEGISLATIVO

Constituição Federal, Art. 169, *caput*
Lei Complementar n°101/2000, Art. 19, III e Art. 20, III

|  |
| --- |
|  |



DESPESAS COM PESSOAL CONSOLIDADO

Constituição Federal, Art. 169, *caput*
Lei Complementar n°101/2000, Art. 19, III e Art. 20, III

|  |  |
| --- | --- |
| **Receita Corrente Líquida Arrecadada nos Últimos 12 (doze) Meses (I)**  | **21.446.154,60**  |
| **Despesa Líquida com Pessoal Realizada nos Últimos 12 (doze) Meses (II)**  | **10.278.185,37**  |
| **Limite Prudencial - 57,00%**  | **12.224.308,12**  |
| **Limite Máximo - 60,00%**  | **12.867.692,76**  |
| **Percentual aplicado = (II) / (I) x 100**  | **47,93**  |

DESPESAS COM PESSOAL CONSOLIDADO

Constituição Federal, Art. 169, *caput*
Lei Complementar n°101/2000, Art. 19, III e Art. 20, III

|  |
| --- |
|  |



RESTOS A PAGAR

Lei Complementar n°101/2000, Art. 55, III, alínea “b”

|  |  |
| --- | --- |
| **Unidade Gestora:** MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO | **Valores**  |
| **Restos A Pagar Não Processados (I)**  | 444.616,44  |
| (+) Inscrições do Exercício Anterior | 0,00 |
| (+) Inscritos em Exercícios Anteriores | 0,00 |
| (-) Cancelamentos | 0,00 |
| Restos a Pagar a Liquidar do exercício anterior | 69.108,95 |
| Restos a Pagar em Liquidação | 0,00 |
| Restos a Pagar Liquidado a Pagar | 0,00 |
| (-) Restos a Pagar Pagos | 0,00 |
| (+) Inscrição do Exercício de 2019 | 372.507,49 |
| **Restos Processados (II)**  | **0,00**  |
| (+) Inscrições do Exercício Anterior | 0,00 |
| (+) Inscritos em Exercícios Anteriores | 0,00 |
| (-) Cancelamentos | 0,00 |
| Restos a Pagar | 0,00 |
| (-) Restos Pagos | 0,00 |
| (+) Inscrição do Exercício de 2019 | 0,00 |
| **Saldo a Pagar (I+II)**  | **444.616,44**  |

|  |  |
| --- | --- |
| **Unidade Gestora:** FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE PINHEIRO PRETO  | **Valores**  |
| **Restos A Pagar Não Processados (I)**  | 7.660,22 |
| (+) Inscrições do Exercício Anterior | 0,00 |
| (+) Inscritos em Exercícios Anteriores | 0,00 |
| (-) Cancelamentos | 0,00 |
| Restos a Pagar a Liquidar | 0,00 |
| Restos a Pagar em Liquidação | 0,00 |
| Restos a Pagar Liquidado a Pagar | 0,00 |
| (-) Restos a Pagar Pagos | 0,00 |
| (+) Inscrição do Exercício de 2019 | 7.660,22 |
| **Restos Processados (II)**  | 0,00  |
| (+) Inscrições do Exercício Anterior | 0,00 |
| (+) Inscritos em Exercícios Anteriores | 0,00 |
| (-) Cancelamentos | 0,00 |
| Restos a Pagar | 0,00 |
| (-) Restos Pagos | 0,00 |
| (+) Inscrição do Exercício de 2019 | 0,00 |
| **Saldo a Pagar (I+II)**  | **7.660,2**2  |

|  |  |
| --- | --- |
| **Unidade Gestora:** FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  | **Valores**  |
| **Restos A Pagar Não Processados (I)**  | 329.341,18 |
| (+) Inscrições do Exercício Anterior | 0,00 |
| (+) Inscritos em Exercícios Anteriores | 0,00 |
| (-) Cancelamentos | 0,00 |
| Restos a Pagar a Liquidar | 0,00 |
| Restos a Pagar em Liquidação | 0,00 |
| Restos a Pagar Liquidado a Pagar | 0,00 |
| (-) Restos a Pagar Pagos | 0,00 |
| (+) Inscrição do Exercício de 2019 | 329.341,18 |
| **Restos Processados (II)**  | 0,00  |
| (+) Inscrições do Exercício Anterior | 0,00 |
| (+) Inscritos em Exercícios Anteriores | 0,00 |
| (-) Cancelamentos | 0,00 |
| Restos a Pagar | 0,00 |
| (-) Restos Pagos | 0,00 |
| (+) Inscrição do Exercício de 2019 | 0,00 |
| **Saldo a Pagar (I+II)**  | **329.341,18** |

**OBRIGADO A TODOS OS PRESENTES!**

****